

**Intelectuais, Discursos e Instituições:
as relações entre a História Intelectual (e/ou de Intelectuais)
e a História Local
(reflexões sobre possibilidades de pesquisa)**

Erivan Cassiano Karvat (DEHIS/PPGH-UEPG)
Niltonci Batista Chaves (DEHIS/PPGH-UEPG)

1. Escrevendo num momento assaz interessante, de dilemas e reformulações no campo historiográfico, Jean-François Sirinelli, em artigo publicado em 1988, apontava para o interesse recente em torno da temática *intelectuais*, e principalmente, sobre aquilo que chamou de *história política dos intelectuais*. Transcorrido um quarto de século desde sua observação – à época, então, recente – cremos poder, hoje, caracterizar o interesse apontado pelo historiador francês como algo consolidado ou consagrado. Neste sentido, convém notar que ocorreu uma ampliação significativa em torno da temática e, principalmente, viu-se o revigoramento da chamada História Intelectual. Assim, ainda mesmo que isto não tenha diminuído os debates em torno dos significados, da caracterização e das singularidades de um suposto campo específico desta História (pois, ao contrário, tal ampliação também amplificou as discussões em torno das *possibilidades e legitimidade* de uma História Intelectual), vemos, ao longo desse período, a realização das mais diversas investigações e, principalmente, daquilo que podemos chamar, aqui, de renovação dos interesses em torno dos problemas da produção intelectual, bem como de sua circulação, recepção e apropriação e, não menos, acerca de seus agentes e/ou atores. Se, com isto, fazemos menção à uma *História Intelectual* e, da mesma forma, à *História de Intelectuais* (e, aqui, pensamos como possibilidades necessariamente em diálogo), cabe recordar que a legitimação de tais campos (campos que, diga-se de passagem, devem estar em necessária consonância aos debates oriundos ou vinculados à História Cultural, à História da Historiografia e às Teorias da História, prioritariamente) deve-se, em certa medida, à recusa de determinadas práticas historiadoras associadas, principalmente, a uma assim definida História das Ideias, práticas que focavam notadamente os chamados

grandes sistemas de ideias e autores consagrados e que, contribuíram, de tal forma, ao estabelecimento de leituras canônicas e ao estabelecimento e manutenção de panteões históricos. Enfim, práticas que produziram, segundo a crítica provocadora de um Lucien Febvre, uma *história desencarnada*.

Assim, se “precisamente” o “gesto de historiador” é aquele que vincula – ou, diríamos, restitui – as ideias aos seus devidos lugares, conforme expressão notável de Michel de Certeau, faz-se necessário romper com as apresentações modelares em torno da produção das idéias e, mais, problematizar tal produção e, principalmente, sua circulação. Da mesma forma, faz-se necessário problematizar os chamados intelectuais, restituindo a tal expressão, e portanto, sujeitos/agentes/atores a sua devida e necessária historicidade, o que exige o reconhecimento da vinculação de todo discurso a um lugar (social/institucional). Entendemos desse modo, tributários das possibilidades que se abrem a partir desses campos (História Intelectual/História de Intelectuais) que se faz necessário e pertinente pensarmos aspectos e questões da História Local, inclusive acerca de sua própria *produção historiográfica* e, mesmo, da invenção de sua *Identidade*, a partir do reconhecimento, caracterização e contextualização da existência de grupos e indivíduos tomados como *Intelectuais Locais*: notadamente escritores, que se pautando em diferentes leituras, autores e referências, participaram ativamente das discussões locais. Cabe ressaltar que essas discussões, quando problematizadas, deixam entrever questões de ordem mais ampla, referentes à aspectos nacionais – de foro social, econômico e/ou político – e/ou, mesmo, internacional, principalmente naquilo que toca os grandes dilemas históricos do século passado, sejam os grandes conflitos bélicos e/ou a implantação de diferentes regimes políticos. Perceba-se que, com isto, o local (ou sua noção) é, aqui, tomado a partir de um *jogo de escala*, e não mais a partir de, apenas, elementos menores e/ou *curiosos*. Com essas possibilidades, ou a partir delas, se abrem novas e amplas possibilidades de problematização e investigação e que acompanham as próprias sugestões de uma História Intelectual/de Intelectuais: entendendo, com Carlos Altamirano, que o discurso do intelectual é enunciado sempre “a partir de uma posição de verdade”, notabilizando-se como *fala autorizada*, posto que atrelado a um espaço (institucional) de legitimação e produção

deste mesmo discurso, faz-se necessário (re)conhecer essa/sua produção, compreender (suas) trajetórias e leituras, (suas) filiações e posições, bem como acompanhar e contextualizar (seus) dilemas e idiossincrasias. A partir disto, talvez se possa compreender um pouco melhor a complexa produção intelectual, seu lugar e configurações e, não menos, o próprio descaso e esquecimento que reveste determinados textos, autores e histórias.

2. Pensar o chamado *local* – ou a *História Local* – parece hoje, algo extemporâneo. Contudo, faz-se aqui, uma observação urgente: ainda que possamos (ou ainda que pudéssemos) tomar, segundo definição de Pierre Goubert, a história local como

aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailliwick* ou *pays* francês) (GOUBERT, 1988, p. 70),

lembramos que a noção de *local*, assim, como de *região*, *lugar*, *comunidade* ou *espaço* são, antes de mais nada, termos (ou conceitos) – que perpassam as diferentes disciplinas das ciências sociais – e como tal devem ser tratados (BOURDIEU, 2001 e DORTIER, 2010).

É fundamental, portanto, reconhecer que: (primeiro) – há uma historicidade nestas expressões (e que, inclusive, se problematizadas, deixam entrever discussões fundantes em torno das disciplinas acima referidas; (segundo) – não se pode tomar a noção de local (ou mesmo região ou comunidade) como dados *aprioristicamente* fixados e (terceiro) – em função dos elementos apontados – a definição de local ou região, de um ponto de vista administrativo ou econômico, por exemplo, não implica necessariamente na definição destes mesmo termos tomados por historiadores, antropólogos ou sociólogos.

Ressalte-se que ainda que não pareça existir um consenso em torno dos uso dos termos História Local e História Regional, sendo muitas vezes tomados quase que como sinônimos – é oportuno lembrarmos que o próprio uso das expressões supõe certa historicidade. Assim, ainda que não seja

apropriado aqui neste momento – até por questões de limites deste texto – problematizar tal questão, lembre-se que a valoração em torno de tais histórias implicaria em uma necessária abordagem de *história da história*, para acompanharmos as recorrências e deslocamentos no emprego de tais termos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Por ora, tentemos a concordar com NEVES (2002:45) que diz que:

[a] história regional e local consiste numa proposta de estudo de atividades de determinado grupo social historicamente constituído, conectado numa base territorial com vínculos de afinidades, como manifestações culturais, organização comunitária, práticas econômicas, identificando-se suas interações internas e articulações exteriores e mantendo-se a perspectiva da totalidade histórica.

Quanto a uma distinção entre *Local* e *Regional*, tomamos as palavras de BARROS (2013:181):

Por que não aproveitar a riqueza da língua portuguesa, que tem abrigado as duas expressões – “História Local” e “História Regional” – para definir o “regional” como aquilo que se refere ao lugar integrado a um sistema, embora dotado de sua própria dinâmica interna? A ideia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema – com sua própria dinâmica interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo (...).

Em contrapartida, o “local” poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo) (...). A localidade, nestes casos, é tratada mais como “lugar” do que como “região.”(1)

Assim, a noção de *local* – que nos interessa – é aquela tomada *em relação* com as possibilidades postas por uma *História Intelectual e/ou de Intelectuais*. Ou seja, é fundamental a observação quanto aos possíveis conectivos postos entre *História Intelectual /de Intelectuais & História Local*. Neste sentido, ressalve-se, interessa-nos, sim, a própria constituição (fomentada via um processo de *invenção de tradição* (2)) dessa noção (*local, regional*) e sua legitimidade (ou uso consensual, em dada época e *espaço*) – instauração e uso que passa pela produção intelectual, de indivíduos e/ou *círculos intelectuais*. Neste sentido, se (re)conhecer tais indivíduos e/ou círculos(3) – e seus discursos – passa por uma possível história de intelectuais, a problematização em torno dessa *invenção de*

tradição/tradições, seus usos, controles e instauração/*institucionalização*, diz respeito, prioritariamente, às possibilidades daquilo que estamos entendendo – e nomeando – de História Intelectual. Neste sentido, por fim, enfatiza-se o caráter de local abordado a partir de suas nuances simbólicas (e, portanto, culturais), resultante de jogos de diferentes discursos e que, principalmente, implicam num *campo de forças*, pautado por diferentes discursos, representações e identidades – discursos, representações e identidades os quais orienta e por quais é, também, orientado.

3. Entendemos, com PANIZZOLO (2011:76), que a História Intelectual, “visa (...) dois polos de análise, de um lado o funcionamento do campo, suas práticas, suas regras de legitimação, seus habitus e suas estratégias, e de outro lado as características de um momento histórico e os modos de funcionamento e atuação da comunidade intelectual”. Se por isso – ou além disso – sua ambição é a de “elucidar a formação, a produção, a circulação e a recepção das ideias e conhecimentos”, então, “apreender tanto as ferramentas de análise como os mecanismos de transposições intelectuais constitui, por consequência, seu objeto de análise” (RODRIGUES, 2010:5). Assim, se os “elementos componentes” de uma História Intelectual, ainda conforme reflexões da professora Helenice Rodrigues, tocam questões referentes à produção de/ das obras, a posição de seus autores e “as respectivas inscrições nos contextos emergentes (culturais, intelectuais, históricos)”, cabe observar que análises redutoras e simplistas devem ser evitadas – algo que parece ser consensual dentre as várias possibilidades e orientações da História Intelectual, que se recusam à restringir-se “unicamente às leituras internalistas/e/ou externalistas dos textos, privilegiando a interconexão entre contextualismos e análise das obras.”

O intelectual, assim tomado em sua vinculação a sua comunidade (seja seu pertencimento à uma *comunidade interpretativa*, seja buscando seu *lugar social*) parece-nos propiciar, ao menos em parte, a prevenção a estas determinadas abordagens ainda presentes no estudo de *intelectuais* ou do chamado *campo intelectual* e que devem ser evitadas. Através dessa relação de *pertencimento* local – e que é, também, sempre institucional, cremos poder nos aproximar de uma relação que é, antes de tudo, cultural, posto que

é social e histórica, e por isto política. Assim, o intelectual – sempre circunscrito espacial, social e historicamente e pensado a partir da sua vinculação ou pertencimento – se nos apresenta, além de produtor de ideias, como receptor (ou intermediador). Disto se abre, por exemplo, possíveis ênfases sobre o emprego das noções de itinerário (ou trajetória), geração e sociabilidade apontados por Sirinelli e que sugerem efetivas possibilidades de aproximação ao tema e de análise (Sirinelli, 1996:245). Da mesma maneira, cabe lembrar que se os intelectuais se apresentam sujeitos a uma comunidade que os circunscreve, esta mesma comunidade é por eles mesmos definida. Agentes portadores de instrumentos simbólicos, a relação *Intelectuais, Discursos e Instituições* pode (deve) também ser, assim, avaliada segundo o conceito de *campo* – donde *campo intelectual* – sugerida por Pierre Bourdieu e que supõe relações de interação e tensão bem como um sistema de posições, seja entre os agentes, seja entre os grupos (Bourdieu, 1996). Se o campo intelectual – e determinados estados de sua estrutura – é definido, fundamentalmente, por um sistema de relações e que, como tal, pressupõe também relações de hierarquia e poder e posições políticas, (Bourdieu, 1987), promover as possibilidades de relação entre a *História Intelectual/de Intelectuais* com a *História Local* permite que se problematize – e quiçá, compreenda-se – a especificidade do chamado *intelectual local/regional*, bem como a problemática relação deste com os centros de produção/circulação/divulgação. Especificidade e problema que passam pelos discursos destes agentes e que sustentam discursos – fundamentando e fundamentados em elaborações/dimensões simbólicas – em torno de sua própria imagem, contexto e pertencimento (local).

4. Por entendermos o intelectual a partir da noção de *pertencimento* local e da sua posição como produtor e intermediador de ideias foi que voltamos nossos olhares e reflexões para o Centro de Documentação e Pesquisa em História, vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Criado em 1995 a partir da doação do acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha, o CDPH(4) se constitui em um *lócus* privilegiado para o historiador/pesquisador preocupado em produzir reflexões e diálogos entre a

História Intelectual/de Intelectuais e a História Local.

Criado em fins de 1947, por iniciativa do professor Faris Michael(5), o CCEC reuniu um grupo (que pode ser classificado como) de intelectuais locais, alinhados com a tradição das Academias de Letras e aos Institutos Históricos, bastante comuns àquele Brasil de meados dos Novecentos.

Composto – majoritariamente – por juristas, professores, militares, políticos, artistas, médicos e jornalistas, o CCEC possuía como atividades primordiais a realização de cursos e palestras, a divulgação e a popularização de obras literárias e científicas e a valorização de ideais bastantes característicos como o indigenismo, o nacionalismo, o pan-americanismo e o euclidianismo.

Organismo preocupado em refletir sobre literatura, sociologia, filosofia, história, artes e ciências, o Centro Cultural congregava intelectuais de diferentes formações e tendências políticas, estéticas e ideológicas. É certo que os associados, na maioria, defendiam o cientificismo e o positivismo, e consideravam a cultura e o saber como as mais elevadas produções do espírito humano.

No geral, compreendemos que os intelectuais que integravam o CCEC se enquadravam na categoria que o sociólogo Luiz Rodolfo Vilhena classificava como intelectuais do interior, caracterizado por sua polivalência (no que respeita a formação profissional e a atuação sociopolítica) e até mesmo pelo autodidatismo. Portadores de uma cultura erudita, tinham como principal interesse a discussão de questões próprias à nação e ao povo brasileiro.

Por conta disso, criaram o jornal O Tapejara(6), um periódico literário caracterizado pela publicação de textos que abordavam o indigenismo, o nacionalismo, o pan-americanismo e o euclidianismo e que era enviado para universidades e bibliotecas brasileiras, americanas e européias.

Foi em O Tapejara que se publicaram muitas das cartas trocadas entre o fundador do CCEC e cânones da intelectualidade nacional como, por exemplo, Câmara Cascudo, Érico Veríssimo, Cândido Rondon, Roquete Pinto, Gilberto Freyre, entre outros.

Por acreditarem que competia ao Centro Cultural um papel de congregar intelectuais e estimular o intercâmbio e a circulação de ideias,

tiveram papel decisivo, em 1950, na criação do Museu Campos Gerais (hoje vinculado a UEPG) e, logo depois, na organização da Biblioteca do CCEC, composta por um considerável acervo bibliográfico.

A aceitação das ideias (re)produzidas pelos intelectuais do CCEC no conjunto social local é percebida pelo respeito devotado a esses intelectuais nos campos em que atuaram, nas instituições que circulavam e, sobretudo, pela intensidade com que eram convidados para diferentes atividades educativas, sociais e culturais – como eventos oficiais, jornadas culturais e literárias, campanhas políticas, efemérides cívicas – promovidas em Ponta Grossa entre as décadas de 1940 e 1970.

Vinculados ao Centro Cultural Euclides da Cunha, ao longo de três décadas, esses intelectuais se constituíram em formadores de opinião, corroborando para reforçar uma visão tradicional já presente no conjunto social ponta-grossense.

Caracterizados por uma permanente preocupação em defender valores cívicos e morais, acabaram – na maioria das vezes – por apoiar práticas autoritárias, pautadas nas noções de ordem e de bem comum.

NOTAS

(1) Especificamente acerca do problema *região* merece menção o trabalho de Meri Lourdes Bezzi, *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*, de 2004 e de Paulo Cesar da Costa Gomes, *O conceito de região e sua discussão*, originalmente publicado em 1995.

(2) Evidentemente o termo foi tomado de empréstimo de Eric Hobsbawm. Segundo o autor, o termo “é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. Assim, “por *tradição inventada* entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma certa continuidade em relação ao passado.” (HOBBSAWM, 1984:9)

(3) Sobre os problemas no trato aos chamados círculos e grupos intelectuais, ver o sugestivo texto de Raymond Williams, *O Círculo de Bloomsbury*.

(4) Inicialmente chamado de Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha, era composto pelos documentos do CCEC, entre os quais estavam cerca de 4.000 livros de áreas diversas (história, sociologia, literatura, antropologia, matemática, geografia, etc.), 354 títulos de revistas (brasileiras e internacionais), aproximadamente de 1.200 cartas trocadas entre o professor Faris Michaele, fundador do Centro, e interlocutores regionais (como Raul Gomes e Valfrido Pilotto), nacionais (como os citados no corpo deste texto) e internacionais (como Roger Bastide), jornais literários e manuscritos deixados por sócios do CCEC. Em 1998 o Acervo foi enriquecido pela doação da biblioteca pessoal do professor Faris Michaele e outros acervos pessoais e institucionais (com destaque para os Processos Crimes do Fórum de Ponta Grossa), o que levou a troca do nome para Laboratório de Pesquisa em História. Na última década, novos documentos – como a coleção do Jornal da Manhã (1954-2007), a

coleção do Maestro Alceu Schwab (discos de vinil, cd's, songbooks, fitas cassete e VHS, relacionados especialmente a MPB, ao clássico e ao jazz) e os escritos do jornalista Daily Luiz Wambier – contribuíram significativamente para enriquecer o acervo. Com a mudança do curso de História do Campus Central para o Campus de Uvaranas, em 2009, e a instalação do acervo em um local especialmente construído pela UEPG para abrigá-lo, ele recebeu a atual denominação: Centro de Documentação e Pesquisa em História.

(5) Faris Michael nasceu em Mococa, interior de São Paulo em 1911. Seus pais mudaram para Ponta Grossa em 1917. De origem libanesa, a família Michael passou a atuar no comércio local. Faris estudou no Ginásio Regente Feijó, então a maior escola pública pontagrossense, onde exerceu forte liderança junto aos seus colegas, fundando o Grêmio Literário Visconde de Taunay e o jornal escolar O Fanal. No início da década de 1930 foi para Curitiba, matriculando-se na Faculdade de Direito do Paraná e filiando-se no Movimento Integralista liderado por Plínio Salgado. Ao retornar para Ponta Grossa atuou por pouco tempo no campo jurídico, passando, em seguida, a lecionar em diversos educandários locais. Álgebra, francês, alemão, português, ciências naturais e história da civilização estavam entre as disciplinas que ministrou na cidade. Quando da abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (em 1950), tornou-se professor da instituição atuando, especialmente, no campo das Letras. Pouco antes disso, em 1947, liderou um grupo de intelectuais locais na criação do Centro Cultural Euclides da Cunha, do qual foi presidente perpétuo até o ano de 1977, quando faleceu.

(6) Criada em 1950, essa publicação circulou até 1976, contando (ao todo) com 24 edições/fascículos. De matriz literária, O Tapejara abria espaço para escrito dos sócios do CCEC e também publicava texto de intelectuais de renome. Textos de natureza filosófica e política também estão contidos na publicação. No CDPH é possível encontrar a coleção inteira de O Tapejara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local. In. **A expansão da história**: Petrópolis: Vozes, 2013. P. p. 165-187.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 183-202.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. p. 107-132. 2001.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “Preceitos” e “Conselhos”:** Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2011.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná Elias de et al (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GOUBERT, Pierre. História local. **Arrabaldes,** Rio de Janeiro, ano I, n. 1, maio/agosto 1988. P. 69-82.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In. HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições.** São Paulo Paz e Terra, 1984. P. 9-23.

NEVES, E. Fagundes. **História regional e local:** fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS ; Salvador: Arcádia, 2002.

PANIZZOLO, Cláudia. A história intelectual e a história de um intelectual da educação brasileira. **Ponto e vírgula:** revista do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP, São Paulo, 10, 2011. p. 74-88.

RODRIGUES, Helenice. Apresentação. História intelectual: idéias e conhecimentos: produção, circulação, transmissão. **História: questões e debates,** Curitiba, ano 27, n. 53. Jul./ dez. 2010. p. 5- 8.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. Rémond, René (org.). **Por uma história nova história política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

VILHENA, Luís Rodolfo. 1996. “Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais no anos 50”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 32, p. 125-150.

WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Unesp, 2011. p. 201-230.